



Governo do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

106/2024, DE 21 DE maio DE 2024.

Digite aqui a Ementa...

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO	:	35ª EM: 14/05/2024
PROCESSO	:	22101.001836/2022.40
REQUERENTE	:	G P R BRAZIL EQUIPAMENTOS LTDA
ASSUNTO	:	RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS – ICMS
RELATOR	:	ADALBERTO SEVERO ALVES JUNIOR

EMENTA: RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS – ICMS – PAGAMENTO INDEVIDO – NOTA FISCAL CANCELADA – COMPROVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES – DOCUMENTAÇÃO PROBATÓRIA SUFICIENTE – PEDIDO DEFERIDO – DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de restituição de tributos, ICMS, pleiteado pela empresa **GPR BRAZIL EQUIPAMENTOS LTDA** com CNPJ nº 03.293.573/0001-49, no valor total de **R\$ 2.067,00(dois mil e sessenta e sete reais)**.

Alega a requerente que recolheu indevidamente o ICMS por GNRE referente a NFE 20804, uma vez que a mesma foi cancelada por erro nas quantidades dos itens. Acrescenta que o erro foi corrigido com a emissão da NFE 20826 e que novamente efetuou o pagamento por GNRE, por isso pede a restituição do valor pago indevidamente .

Para consubstanciar o pedido, juntou a seguinte documentação:

- 01.Requerimento de Restituição de Tributos;
02. Contrato Social;
03. NFE 20804 e 20826;
- 04.Comprovante de pagamentos e GNREs.

Em ato subsequente, os autos foram remetidos à Procuradoria do Estado, que emitiu o despacho 27, solicitando manifestação da Divisão de Mercadorias em Trânsito, quando as alegações do requerente.

O auditor fiscal responsável pela diligência confirmou o pagamento das GNREs no painel de arrecadação do SIATE, assim como confirmou o pagamento indevido da GNRE referente a nfe 20804.

Os autos retornaram a Procuradoria Fiscal que emitiu o Parecer 285/2024/CONSULTORIA/SEFAZ/PGE/RR, onde se manifesta pelo deferimento do pedido por ter ficado comprovado o pagamento indevido.

É o relatório.

Adalberto Severo Alves Junior

Conselheiro Relator

VOTO

Versa o presente sobre pedido de restituição de ICMS pago indevidamente, pleiteado por empresa **GPR BRAZIL EQUIPAMENTOS** com CNPJ nº 03.293.573/0001-49, no valor total de **R\$ 2.067,00(dois mil e sessenta e sete reais)**.

Com relação ao pedido de restituição de tributos, este deverá ser embasado com todos os documentos e elementos necessários para comprovação do encargo assumido, nos termos do artigo 68 da Lei nº. 072/1994 (CAF):

Art. 68. O requerimento de que trata o artigo anterior será apresentado ao Órgão local da circunscrição fiscal do domicílio do requerente e deverá conter:

I – qualificação do requerente;

a) nome, firma, razão ou denominação social e endereço;

b) números de inscrição no CGC, CGF, CPF/CI, ou de outra a que estiver obrigado;

II – exposição completa e circunstanciada dos fatos que motivaram o pedido e sua fundamentação legal;

III – cópia dos seguintes documentos:

a) comprovante do recolhimento tido como indevido e, na hipótese de pagamento em duplicidade, de prova que evidencie esta ocorrência;

Analisando os documentos acostados aos autos e o atendimento aos requisitos legais, se constata que as exigências foram devidamente atendidas, assim como ficou comprovado o pagamento indevido, uma vez que a Divisão de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito confirmou no processo o pagamento por GNRE do ICMS referente a nota fiscal 20804, tendo esta sido realmente cancelada. Ficou demonstrado ainda que o erro na quantidade dos itens que ocasionou o cancelamento da NFE foi corrigido com a emissão de novo documento fiscal nº 20826 , assim como foi realizado novo pagamento por GNRE do ICMS devido, desta feita voto pelo **DEFERIMENTO** do pedido de restituição de ICMS no valor de **R\$ 2.067,00(dois mil e sessenta e sete reais)** e de acordo com o Parecer da Procuradoria Fiscal do Estado.

É o voto.

ADALBERTO SEVERO ALVES JUNIOR

Conselheiro Relator

DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é requerente: **GPR BRAZIL EQUIPAMENTOS LTDA,**

RESOLVEM os membros da CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DE RORAIMA, por unanimidade de votos, conhecer do pedido de restituição, para **deferí-lo**, nos termos do inciso III, art. 21 da Lei 072/1994, de acordo com o Parecer da Procuradoria do Estado, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DE RORAIMA, em Boa Vista-RR, 21 de maio de 2024.

MANOEL CARLOS BARBOSA ALMEIDA

Presidente

ADALBERTO SEVERO ALVES JUNIOR

Conselheiro Relator

RICARDO PETERLINI GONÇALVES

Conselheiro

FRANCISCO ASSIS DE SOUZA CABRAL

Conselheiro

JOSE CARLOS ARANHA RODRIGUES

Conselheiro

SUELLEN CAMPOS DE LIMA

Conselheira

SILVIA SILVESTRE DOS SANTOS

Conselheira

DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA

Procuradora do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Severo Alves Júnior, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais**, em 21/05/2024, às 08:43, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Silvestre dos Santos, Membro**, em 21/05/2024, às 10:25, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Torres de Melo Bezerra, Procuradora do Estado**, em 22/05/2024, às 11:35, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Aranha Rodrigues, Membro**, em 28/05/2024, às 16:13, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Suellen Campos de Lima, Membro**, em 18/06/2024, às 11:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Carlos Barbosa Almeida, Presidente do Contencioso Administrativo Fiscal**, em 18/06/2024, às 15:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Assis de Souza Cabral, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais**, em 19/06/2024, às 10:34, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Peterlini Gonçalves, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais**, em 20/06/2024, às 08:11, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **12930455** e o código CRC **9F811FF1**.

Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s)